

Remoção de favela fica para Eurides

A favela da 110 Norte resistiu a Adolfo Lopes e agora passa a ser responsabilidade da professora Eurides Brito, nova secretária de Serviços Sociais. Com isto, a remoção que já havia deixado de ser apenas um problema de aritmética ou cronologia pode ter agora novos rumos.

A princípio os prazos estipulados por Adolfo Lopes devem ser cumpridos pois, como já vinha ocorrendo anteriormente, o trabalho de remoção continuará a ser realizado de maneira integrada, com a participação das Secretarias de Viação e Obras, Saúde e Segurança Pública. Além disso, serão necessários alguns dias para que Eurides Brito possa conhecer os detalhes da operação Brasilinha.

Ontem, após confirmada a substituição na Secretaria de Serviços Sociais, Adolfo Lopes limitou-se a limpar as gavetas enquanto dava por encerrada sua participação. "Estou convicto de que tudo fiz para que aquelas famílias, saindo dali, encontrassem um mínimo de dignidade e, mais do que isto, provamos que é possível executar a difícil tarefa de remoção sem utilizar a força ou quaisquer outros métodos de constrangimento", afirmou.

Também ontem foi dado a conhecer que o prazo para a completa remoção da favela não se encerraria domingo, como vinha sendo anunciado, mas no próximo dia 31. A alegação, desta vez, foi de que a própria Maria do Barro, revendo o cronograma das obras de encasalhamento da primeira área, constataria ser necessário um prazo de 15 a 20 dias para que a remoção pudesse ser efetivada. A Secretaria de Serviços Sociais, então, concedeu os 15 dias.

A herança que fica para Eurides Brito, no entanto, não é nada invejável. Desde que a Fundação Maria do Barro e o GDF removeram as primeiras

famílias da 110 Norte para Brasilinha a polêmica em torno do assunto tem se agravado sem nenhuma perspectiva de acordo. Persiste de um lado todo um esforço do GDF no sentido de promover uma remoção sem violência, onde, até então, se destacava a atuação de Adolfo Lopes em uma tentativa de convencimento que já dura mais de um mês; e de outro a relutância daqueles que permanecem na 110 e que, reunidos em uma Associação, não desejam abrir mão do que entendem como sendo o direito de continuar morando no Distrito Federal.

Este confronto, contudo, não se resume apenas na ida para Brasilinha, pois apesar de reconhecer que não deverão permanecer no local, os moradores entendem que é obrigação do governo dar uma área no DF. A questão, inclusive, chegou à Justiça através de uma medida cautelar inominada e de um pedido de habeas corpus, impetrados pelo ex-secretário Osmar Alves de Melo e pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília, visando a sustar a remoção.

Até mesmo o número de barracos que ainda restam na 110 Norte é uma incógnita. Segundo a Associação de Moradores restariam 290, enquanto pelos cálculos de Adolfo Lopes este número seria de 140, após o encerramento da operação Brasilinha.

Centro e doze famílias estão acatadas em Brasilinha. Entretanto, desde o último sábado as mudanças de famílias para o loteamento da Fundação Maria do Barro foram paralisadas. Elas só voltarão a acontecer quando os trabalhos de encasalhamento da nova área, para 100 lotes, estiveram concluídos. Até lá a expectativa dos moradores do local fica por conta da conclusão das obras do poço artesiano e da chegada dos seus antigos vizinhos de 110 Norte.